**A POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO: CONSEQUÊNCIAS PARA A**

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

Lorena Azevedo de Lima (Fundação Araucária)

Unespar/*Campus Paranavaí,* lorenaazevedo78@gmail.com

Rita de Cassia Pizoli - orientadora

Unespar/*Campus* Paranavaí, rita.pizoli@ies.unespar.edu.br

Maria JosÉ Máximo - coorientadora

Unespar/*Campus* Paranavaí, maria.maximo@ies.unespar.edu.br

Modalidade: PIBIC

Programa Institucional: Fundação Araucária

Grande Área do Conhecimento: Ciências humanas

**1.INTRODUÇÃO**

A Política Nacional de Alfabetização (PNA), instituída através do Decreto 9.765 de 11 de abril de 2019 é um documento que expressa a vinculação das políticas educacionais recentes ao movimento neoliberal no Brasil. O Decreto veio acompanhado por um caderno denominado “Política Nacional de Alfabetização”, anunciando o objetivo de traçar um novo caminho para a alfabetização. Neste trabalho, faremos uma análise do conteúdo desse caderno procurando compreender sua vinculação com as políticas neoliberais.

A Política Nacional de Alfabetização representa um retrocesso nas políticas educacionais propostas para a alfabetização que foram construídas coletivamente nas últimas décadas e sua análise, em comparação com documentos anteriores, é importante para resistir às reformas educacionais atuais, pautadas na política liberal-conservadora.

Os documentos educacionais são resultado das decisões políticas locais, respostas às proposições dos organismos internacionais como Banco Mundial e UNESCO, que financiam a educação escolar nos países periféricos e norteiam seus objetivos e currículos. Dessa forma, a legislação educacional está vinculada aos objetivos mais amplos de reestruturação econômica mundial, que, em seu estágio atual se configura como capitalista baseada no modelo flexível toyotista.

Para os países periféricos, como o Brasil, que não produz tecnologia, os objetivos da educação é formar o profissional empreendedor ou aquele que se adapte às necessidades de empregabilidade flexível. A formação dos professores também foi atingida por essa lógica, pois, desde a década de 1990, a educação escolar se norteia pelos documentos que centralizam o “saber fazer” e o “aprender a aprender” como funções principais para o professor, retirando seu papel de ensino do conhecimento historicamente acumulado. Essas funções estão ligadas a concepções pedagógicas liberais, que se atrelam aos objetivos do sistema econômico para formação de trabalhadores flexíveis.

Nesse contexto situamos as atuais reformas educacionais, principalmente a Política Nacional de Alfabetização. A PNA foi instituída através do Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, e no dia 15 de agosto de 2019 foi lançado o Caderno da PNA, que expandiu o Decreto nº 9.765/2019. Em outubro, por sua vez, foi realizada a Conferência de Alfabetização Baseada em Evidências (CONABE), cujo tema foi “A Política Nacional de Alfabetização e o estado da arte das pesquisas sobre alfabetização, literacia e numeracia.

Esse processo representa um retrocesso às políticas implementadas no campo da Alfabetização, desde a LDB 9394/96, concretizadas por diálogos coletivos dos professores e seus representantes. O documento da PNA e os cursos disponibilizados pelo MEC desconsideram toda a produção dos intelectuais brasileiros e apresentam uma proposta pedagógica contrária às concepções pedagógicas orientadas por bases históricas e sociais. A partir desse entendimento podemos refletir a respeito de algumas questões que levaram a esta pesquisa: Quais as consequências da reforma educacional no currículo dos anos iniciais, especificamente para a Educação Infantil e primeiros anos? Quais as consequências para a formação docente?

A respeito da relevância do estudo, podemos afirmar que este trabalho soma-se à produção realizada na área de Trabalho e Educação e objetiva contribuir com a reflexão crítica e o entendimento dos objetivos da formação inicial e continuada de professores.

**2. MATERIAIS E MÉTODOS**

O método materialista histórico proporciona uma análise ampla dos fenômenos educacionais, compreendendo as alterações políticas a partir da base material econômica. No campo da educação, a pesquisa materialista-histórica segue o modelo qualitativo, que investiga a educação escolar nos seus aspectos históricos e sociais. Como procedimento metodológico, este estudo será norteado pelas orientações da pesquisa bibliográfica, partindo das análises de fontes clássicas e interpretações secundárias produzidas na área de Trabalho e Educação, currículo, alfabetização e formação de professores.

**3. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

**3.1. PNA E SUA VINCULAÇÃO COM AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS**

O Estado investe na educação procurando retorno, e esse retorno se materializa nos índices e *rankings* mundiais, mostrando que os indicadores relativos ao ensino formal estão melhorando, justificando o empréstimo realizado dos organismos internacionais como o Banco Mundial. Como trata-se apenas de números, sabemos que muitas crianças são dadas como alfabetizadas e avançam com a turma, chegando ao 5° ano sem nem saber ler e escrever. Dessa forma, percebemos através da convivência no ambiente escolar, que nos anos iniciais da Educação Básica ocorre um ciclo de defasagem educacional.

As políticas públicas que deveriam assegurar o direito de um bom ensino, e alfabetização de qualidade, falham quando os interesses passam a ser outros.

De fato, pode-se considerar que a alfabetização é um direito do cidadão e se encontra na base da conquista de todos os demais, e que políticas públicas e investimentos financeiros para educação e alfabetização são imprescindíveis. Como se sabe, porém, nas iniciativas para se alcançar essa aprendizagem básica, estão envolvidos interesses diversos, já que a alfabetização é um problema sistematicamente estratégico. (MORTATTI, 2011, p.30).

Para Mortatti (2011) foi a partir do século XX que a educação foi declarada como direito humano, e a alfabetização foi declarada como base da educação e da aprendizagem ao longo de toda a vida sendo também como “pré requisito para a paz mundial”. De fato, pode-se considerar que a alfabetização é um direito do cidadão e se encontra na base da conquista de todos os demais, e que políticas públicas e investimentos financeiros para educação e alfabetização são imprescindíveis. Entretanto, se tratando de economia, educação e investimentos no Brasil, os interesses mudam, mesmo as políticas públicas se assegurando dos direitos, a educação ainda não é a prioridade do estado.

As políticas públicas educacionais se inserem em um campo de intensa disputa hegemônica marcada por conflitos e processos descontínuos fortemente sustentados pela concepção de governo presente no momento de sua elaboração e implementação. No cenário atual, as políticas educacionais enveredam-se sob a égide do neoliberalismo, com forte participação de empresas globais e organismos internacionais, que realizam ajustes na Educação Básica desde a década de 1990. (FRANCO; MARTINS apud ALMEIDA e PIATTI, 2021, p.649).

Por este motivo a verdadeira prioridade das políticas educacionais é realizar os ajustes necessários para que o capital abra espaços na esfera pública e gere lucros. Compreendemos com Tumolo, Oliveira e Bueno (2021, p.128) que “O capital, em seu complexo e contraditório movimento, produz suas próprias crises.” Dessa forma:

[...] nos períodos de crise, o estado necessita intensificar a ações concernentes a suas funções precípuas para contribuir com a vida do capital em crise, em detrimento de funções que não são essenciais para o capital, como por exemplo, os aspectos relacionados a qualidade de uma educação pública e gratuita. (TUMOLO, OLIVEIRA e BUENO, 2021, p. 126).

O capital necessita de um Estado que socorra suas necessidades de expansão por lucros, e a educação tem sido uma área de frequentes investimentos, a fim de retirar o máximo de lucro, por isso, a gradativa abertura para a entrada das empresas privadas na gestão da educação pública.

Daí, é possível entender a atual configuração do Estado do capital: é um Estado que precisa ser cada vez mais mínimo naquilo que não são suas funções próprias- educação pública e gratuita, por exemplo- para poder ser um Estado cada vez mais máximo nas funções que lhe são essencialmente pertinentes. (TUMOLO, OLIVEIRA e BUENO, 2021, p. 126, p. 128).

Nessa direção, Franco e Martins (apud ALMEIDA e PIATTI, 2021, p.650) explicam que a educação, ajustada ao neoliberalismo oferece um ensino ágil e superficial, que objetiva formar os trabalhadores para o mercado de trabalho flexível, “[...] deslocando-os totalmente da realidade social, e expondo esses indivíduos a constantes processos de alienação e submissão perante o capital”.

A PNA inseriu-se no movimento recente de retrocesso do movimento de conquista de educação democrática no Brasil, iniciado no final na década de 1980. O documento propõe uma nova metodologia de alfabetizar, com o objetivo de melhorar a qualidade da alfabetização no território brasileiro e combater o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional, visto que a alfabetização vai além das metodologias propostas, pois o meio em que essa criança é inserida e o lugar que ela ocupa na sociedade em sua volta também influencia o processo de ensino e aprendizagem. Na prática vem ocorrendo o que propõe a política, ênfase no aspecto metodológico, o ensino objetivando o desenvolvimento da consciência fonológica, condição que não contribui para mudanças qualitativas no processo de alfabetização.

O documento da PNA se baseou nas seguintes legislações:

●Art. 89 incisos IV da Constituição Federal de 1988, o qual estabelece as competências privativas do Presidente da República “sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução. (BRASIL, 1988)”

●Art. 8º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) lei no 9394/1996 “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino” e no § 1o do mesmo Artigo “Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais. (BRASIL, 1996)

 ●Lei 13.005 de 25 de junho de 2014 que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. (BRASIL 2014).

 De acordo com Almeida e Piatti (2021, p.654) “[...] o Decreto 9.765/2019 está organizado em bases legais fortemente sustentadas, inserindo-o também como uma política de Estado, ou seja, ancorada em aspectos legais que o fundamentam como uma normativa de longa duração.

 Assim, o Caderno da PNA consiste em um guia explicativo acerca das premissas da política de alfabetização e, apresenta em sua estrutura cinco capítulos, mas o que deixa explícito aos educadores em sua meta 5 do documento é que, até o 3° ano do ensino fundamental as crianças já devem estar alfabetizadas, e em nenhum momento no documento leva em consideração o meio social. Diante dessa omissão queremos destacar com as autoras que:

 A Educação Escolar no nosso país é, antes de tudo, um problema de classe social e desigualdade de renda. Portanto, há de se levar em conta a criança e o professor na sua concretude e, lamentavelmente, o documento não se ocupa dessa feita, homogeneizando o processo de aprendizagem e pouco considerando o papel e as condições objetivas de trabalho do professor. (FRANCO e MARTINS apud ALMEIDA e PIATTI, 2021, p. 656).

 O que implica com a formação dos professores, é que cada vez mais as estatísticas mostram que necessita subir os números de alunos alfabetizados, colocando a alfabetização como uma forma de solução para os problemas de desigualdade social no Brasil, mas, não focando que também é necessário ter um professor com formação qualificada para a prática de alfabetizar. A proposta do documento (BRASIL, 2019, p. 33) é fazer com que, na primeira infância a criança compreenda que uma palavra falada é composta de uma sequência de fonemas, as letras representam os sons da fala, e aprenda as relações entre as letras (grafemas) e os menores sons da fala. A proposta pedagógica é um ensino intencional e sistematizado, acompanhado de atividades lúdicas, com o apoio de objetos e melodias, visando uma ambientação para conduzir o aluno a aprendizagem. Essa meta não condiz com a realidade das escolas públicas, pois, na maioria das vezes são mais de trinta alunos para um professor, dificultando a mediação no processo de alfabetização.

 É perceptível que há professores sem a qualificação específica atuando na área, e adaptar as metodologias a especificidades propostas pela PNA, necessita de um conhecimento que pode ser desconhecido por alguns profissionais da educação, pois na primeira infância a mediação deve ocorrer pelo meio da oralidade, com jogos e brincadeiras, para se estimular habilidades necessárias e, além desse fator, a falta de recursos também prejudica o processo.

O método proposto pela PNA tem como eixo a consciência fonêmica, a capacidade de percebermos que uma palavra pode começar ou terminar com o mesmo som, um estágio mais avançado e específico da habilidade de manipular os sons de nossa língua. E o próprio método escolhido, segundo o site da Undime Brasil (2019), defendido pelo secretário Carlos Nadalim, não é um consenso entre especialistas em Alfabetização. Para o documento, a forma como é aplicado o método fônico faz a diferença, se trata de um método tradicional, pois contempla um dos aspectos que favorece a apropriação da linguagem escrita. A crítica em pauta é a falta de professores que tenham didática para uma boa metodologia lúdica para aplicar esse método e materiais de qualidade na rede pública.

Uma boa formação, que subsidie a mediação do professor é essencial para aprendizagem, mas quando faltam recursos, formação e valorização, isso fica cada vez mais difícil. A luta por um bom aprimoramento para os professores de Educação Infantil não é de hoje, não adianta propor uma ótima metodologia se a mediação é falha por não ter conhecimento, condições concretas e recursos que de fato funcionem, como citado no documento:

Para desenvolver a consciência fonêmica, é necessário um ensino intencional e sistematizado, que pode ser acompanhado de atividades lúdicas, com o apoio de objetos e melodias. A consciência fonêmica conduz a compreensão de que uma palavra falada é composta de uma sequência de fonemas [...] as letras representam os sons da fala (BRASIL, 2019, p. 33).

Com relação à visão sobre a realidade brasileira, das famílias que frequentam a rede pública de ensino no país percebemos um forte descompasso:

Ficou demonstrado que quanto maior o envolvimento dos pais na etapa da educação infantil (por meio da leitura em voz alta e de conversas mais elaboradas com seus filhos, por exemplo) mais habilidades de literacia a criança poderá adquirir [...] como o conhecimento do nome, dos sons e das formas das letras e a aquisição da consciência fonológica e fonêmica. (BRASIL, 2019, p. 16)

 A PNA não condiz com a realidade, pois milhares de crianças não possuem o meio social privilegiado de poder ter um momento de aprendizagem no ambiente familiar, muitas vezes nem estímulo da família essa criança recebe, então é necessário ter um olhar crítico quando se diz que, sem exceções, todas as crianças precisam ter um apoio familiar na hora de alfabetizar.

 Essa maneira “rápida” e adaptada de alfabetização também está vinculada com a função do Estado na sociedade capitalista, sua vinculação com as políticas educacionais que por direito deveria garantir a educação de todos acaba favorecendo somente a classe elitizada, para o estado não é essencial investir em educação pública de qualidade se não se tem retornos de lucros, em uma sociedade em que o intuito é de cada vez mais a privatização do ensino e profissionais menos qualificados e críticos, isso reflete diretamente na Educação Infantil e anos iniciais já que são a base da construção de conhecimento escolar.

**3.2. A CONCEPÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL DE ALFABETIZAÇÃO**

A teoria que prioriza o ensino com vista ao desenvolvimento das habilidades psíquicas, entre outras etapas de construção até levar o processo de alfabetização denominada de “Histórico-cultural” ajuda a compreender e analisar a relação entre a mente humana e a atividade. Teoria criada por autores russos como o grande pensador Lev Semionovitch Vygotsky, entre outros.

A concepção pedagógica centrada no método fônico como proposto pela PNA, está em contraposição à concepção de alfabetização da teoria histórico-cultural. Conforme Franco Martins (2021), em seu livro “Palavra escrita: vida registrada em letras, a alfabetização para além da Política Nacional de Alfabetização (PNA)”, mencionam:

O disposto na Política Nacional de Alfabetização não contempla, em profundidade analítica, o complexo processo de alfabetização, reduzindo-o à formação de dadas habilidades que condicionarão a aprendizagem da escrita e da leitura (FRANCO e MARTINS, 2021, p.104).

De acordo com os estudos, a alfabetização se inicia desde muito antes do ensino formal, quando a criança ainda é um bebê, pois depende das habilidades psíquicas adquiridas a longo processo. Na primeira infância a vida psíquica está vinculada totalmente ao adulto e cabe a ele mediar corretamente para uma boa estimulação das habilidades. Quando a criança vai para a escola essa mediação cabe ao professor, vinculada a uma boa teoria que melhor se aplica a realidade da educação no Brasil, com um método que valorize os estímulos e uma boa didática possibilitando a valorização das etapas até levar ao processo de alfabetização. De acordo com as atoras Franco e Martins (2021, p.156) “A conquista da linguagem escrita significa para a criança dominar um sistema extremamente complexo de signos e, sua gênese remonta o entrelaçamento do desenvolvimento da linguagem e do pensamento”. Para se entender o significado da palavra a criança passa por uma série de transformações até se adquirir a percepção que a palavra é um grafema de um signo de um objeto.

Se na linguagem oral, por exemplo, a criança conjuga e declina, mas não sabe que o faz, graças à escrita e, especificamente, ao estudo da gramática, a criança tomará consciência do que faz e passará a operar voluntariamente com as suas habilidades. Se antes, por meio da linguagem oral, a criança pronunciava a palavra ‘gato’ de forma livre, e involuntariamente emitia os sons requeridos para tanto, com a aquisição da escrita, ela passa a pronunciar a palavra ‘gato’, tomando consciência de que a mesma é formada pelos sons G-A-T-O (FRANCO e MARTINS, 2021, p. 157).

Para a criança relacionar o grafema (traçado da escrita) com o fonema (sons das palavras) ela precisa passar pela habilidade de relacionar o som com o objeto. Este é apenas um aspecto do processo da alfabetização, de acordo com a psicologia histórico cultural soma a este o aspecto “o semântico”, o significado do objeto ou fenômeno, indissociável no processo de apropriação da língua escrita. Este vai influenciar, diretamente no desenvolvimento psíquico do aluno, e na forma de grafar de acordo com a cultura de uma língua. Esse processo não acontece de forma simples e rápida, visto que é necessário adquirir habilidades psíquicas avançadas que dependem da apropriação da unidade semântica e fonética. Processo, que depende entre outras condições de uma boa formação e mediação do educador, daí temos a importância de não se pular as etapas até a alfabetização, pois a alfabetização precoce prejudica a estimulação de outras habilidades que precisam ser adquiridas antes.

Em contrapartida com a PNA que incentiva o início da alfabetização na primeira infância, na teoria histórico cultural pode ser notado a importância com valorização das etapas. Ambas não negam a alfabetização desde o nascimento, entretanto, possuem abordagem bem distintas, pois a segunda prioriza a primeira infância como descoberta do mundo quando a criança está explorando a sua imaginação e as relações sociais.

O método predominante pela Política Nacional de Alfabetização é o fônico, priorizando o entendimento dos sons das letras formando uma palavra, entretanto uma palavra sem ter alcançado uma referência objetal estável na criança é apenas uma palavra sem sentido. “A palavra desprovida de significado é um som vazio”. (MARTINS E FRANCO, 2021). Logo, o significado é um traço constitutivo indispensável da palavra. “Para escrever serão necessários o domínio de signos e a apropriação do ‘conceito de palavra”. Compreendendo que a criança precisa entender que o que ela escreve não é o objeto em si, mas sim sua representação, seu "signo".

Segundo as autoras, o “[...] domínio da linguagem escrita é o resultado de um longo processo de desenvolvimento das funções superiores”. São habilidades adquiridas através da percepção, memória, atenção, entre outras, que nos levam ao processo da alfabetização.

 A criança para escrever necessita dos domínios fonéticos e semânticos da língua, consequentemente, a organização do ensino necessita, de partida, dispensar atenção às dimensões fonéticas e semânticas da palavra. Quando a criança faz uso da palavra/conceito, tem-se a possibilidade da representação de algo, e esse momento marca o início de um longo processo que traz em seu bojo a possibilidade do desenvolvimento da escrita como ferramenta do psiquismo complexo (MARTINS e FRANCO, 2021, p.112).

É nesse momento quando a criança consegue internalizar o objeto, não necessita que o objeto esteja em sua frente para escrever, já está em seu pensamento construído. Para escrever a criança precisa passar por esse processo, e através do ensino ela consegue aumentar seu repertório. O letramento é um processo complexo, envolvendo o emocional e o social advindo do histórico cultural da criança. Nas palavras de Dangió e Martins (2015, p.211), “Ressalta-se que a linguagem é uma função psíquica das mais complexas e que seu funcionamento se relaciona com outras funções.” Ainda segundo as autoras:

A apropriação da escrita não se limita a aprendizagem de sons, como simples soletração, mas deve ser compreendida como um processo de aquisição de um complexo sistema de desenvolvimento das funções superiores [...] (DANGIÓ e MARTINS, 2015, p.212).

A linguagem oral e a linguagem escrita estão totalmente vinculadas a esfera social, o homem, por sua natureza tende a procurar uma forma natural de comunicação, desde os primórdios podemos notar a comunicação através de signos para sobrevivência. Seguindo essa ideia, na atualidade:

Nesse sentido, criar a necessidade de escrever deve ser uma preocupação didática do professor atento ao ensino que produz desenvolvimento, levando-se em conta múltiplas relações da criança com a escrita, especialmente com a literatura. (DANGIÓ e MARTINS, 2015, p. 213).

A função de comunicação jamais perderá sua importância, sobretudo, todo pensamento procura unificar alguma coisa, e a escrita atender a alguma necessidade. Quando a criança compreende as linguagens, é como compreender o meio social em que ela está inserida em sua volta.

A escrita apresenta-se como um importante veículo de comunicação e disseminação de ideias e pensamentos, construindo um acervo incalculável de conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade a que todos têm direito de acesso. (DANGIÓ e MARTINS, 2015, p.216).

A dinâmica entre fonética e semântica precisam caminhar lado a lado, pois acompanha o desenvolvimento da linguagem. Dangió e Martins (2015)explicam: “Cada palavra pronunciada pela criança nos primórdios do desenvolvimento da fala sintetiza, na realidade, uma mensagem comunicacional, dado que determina compreender que o processo se realiza, de fato, do todo para as partes”, os avanços da fala vão se aprimorando a cada mediação de melhor estimulação ao sistema psíquico, nesse momento um vocabulário rico é de extrema importância. Conforme afirma as autoras “[...] a criança em desenvolvimento precisa estar exposta a relações sociais e a um sistema linguístico que a faça avançar em sua atividade mental por meio da fala.”

**3.3. CONSEQUÊNCIAS DA PNA NA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA E NA FORMAÇÃO DOCENTE**

O documento proposto e assinado no dia 11 de abril de 2019, visando melhorar a qualidade da alfabetização e combater o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional, mostra-se simplista, com equívocos de várias ordens, significando, na prática, um retrocesso. Pensar em alfabetização vai além de se discutir um “método”, pois esta aquisição se compreende como um ato político, uma vez que envolve estruturas sociais e relações de poder. Segundo Freire (1982), “o diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo [...] o transformam e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos” (FREIRE, 1982, p.46).

A PNA não foi discutida com a comunidade acadêmica e científica, tampouco com os(as) professores(as) alfabetizadores(as) considerados os principais atores do processo de implementação das ações. Apesar dos docentes estarem sempre em busca de novas estratégias para alfabetizar, a política que se propaga “cientificamente eficácia e inovadora” é questionada por não abrir discussão e espaço para a voz dos docentes que tomam a frente encarando diariamente as problemáticas da educação básica, agindo antidemocraticamente, desvalorizando o profissional da educação e toda uma organização da grade curricular da educação básica de ensino.

A mercantilização, outra característica evidenciada no referido decreto, praticada há décadas no Brasil, especialmente nos governos neoliberais, se revela ao propor a elaboração (ideológica) do material de ensino, certamente por intermédio de grupos privados interessados na comercialização desse material, cujas consequências serão a padronização dos métodos e a homogeneização dos sujeitos. Novamente são inseridas as concepções pedagógicas de cunho tecnicista no contexto educacional, as quais têm sido combatidas há muito tempo por professores e pesquisadores(as) da área da educação (SIGNORELLI, 2023, p.5)

Essa constatação nos leva a questionar se um aparato legislativo como esse consegue contemplar todas as realidades e peculiaridades do nosso país. Levando em consideração as salas de aula que estão sucateadas com tantos alunos, para um só professor, muitas vezes sem um material correto para dar aula. Uma política que se propõe a melhorar a alfabetização no país deve enfatizar, também, questões sociais, políticas de infraestrutura e de formação docente, essenciais para revertermos as desigualdades existentes nesses contextos. Nessa perspectiva, os problemas da alfabetização no Brasil não serão superados com o método fônico proposto pela PNA, os problemas da alfabetização no Brasil estão intrinsecamente relacionados a:

[...] fatores educacionais, sociais, econômicos e políticos, responsáveis pelas desigualdades sociais e pela não priorização de educação de qualidade, especialmente em decorrência da falta de investimentos prioritários na escola pública e gratuita, como estabelecido na Constituição Federal de 1988 (MORTATTI, 2019, p. 27).

Ao se implantar o decreto vigente não houve reflexão sobre a formação inicial do professor para se adaptar ao método da PNA, e a sua formação continuada que é dada ao professor não reflete seus desafios de prática de sala de aula, e essa ausência do docente ser ouvido ao se formular uma política pública se reflete em sala de aula. “A concepção encontrada na PNA (BRASIL, 2019), oposta àquilo que temos defendido para a carreira docente: autonomia, democracia, profissionalização, entre outros aspectos” (GONÇALVES e SILVA, 2023, p.9).

No Art. 8º, inciso II do Capítulo V do referido aparato legislativo, que trata da implementação da política, os(as) docentes são vistos como meros executores das ações pensadas por especialistas, pois o referido inciso menciona a capacitação dos profissionais da educação para o uso do material didático. (GONÇALVES e SILVA, 2023, p.10).

Nessa concepção falar em prática docente se trata de dizer sobre a arte de ensinar, sujeitos que possuem um ofício, o saber sobre uma arte, que se doam em sua prática no dia a dia.

Quanto a isso, notamos que o estímulo à formação inicial e continuada dos(as) professores(as) se torna uma estratégia importante na implementação de uma política pública. No entanto, não podemos desconsiderar o viés ideológico da PNA (BRASIL, 2019), que se baseia em apenas um método de alfabetização e cita que os(as) professores(as) são sujeitos que executarão a proposta, o que desrespeita seus saberes e sua prática cotidiana diversa e plural construída nas salas de aulas de todo o país. (GONÇALVES e SILVA, 2023, p.11).

O documento não leva em consideração a falta de materiais didáticos, a precariedade dentro de sala de aula, o ambiente social de cada aluno que, consequentemente, reflete no desempenho escolar. Dessa forma, trata-se de uma imposição feita sem a discussão com docentes especialistas da área, expondo a face autoritária e mercantil, que faz refletir o tipo de educação e democracia que temos no Brasil, onde o futuro da educação é decidido por empresários ao invés de ser decidido por quem realmente encara a realidade do ensino diariamente, os professores.

Ao ignorar isso, os autores da PNA demonstram a pouca familiaridade com escolas, professores, alunos e com a alfabetização que ocorre no mundo real, ao contrário do que os documentos anteriores faziam ao consultar os professores: “observamos as práticas de ensino e aprendizagem nas salas de aula reais, [...] docentes com diferentes trajetórias e metodologias podem ser excelentes alfabetizadores com suas singularidades, merecem respeito” (MORAIS, 2019). Tais empresários da educação se acham no direito de substituir políticas públicas e práticas docentes diversificadas por um modelo, no qual se ensina e se aprende através da repetição e sem reflexão. Assim, a PNA, desrespeita, completamente, os saberes profissionais e experiências dos alfabetizadores.

**4. CONSIDERAÇOES FINAIS**

Os encaminhamentos legais no campo da alfabetização não apresentam elementos que contribuam para alterar qualitativamente a precariedade da educação básica no Brasil. O encaminhamento metodológico proposto na PNA, ao priorizar o desenvolvimento da consciência fonológica desconsidera os demais aspectos que constituem o complexo processo alfabetização.

É possível verificar que o caderno PNA expressa os interesses do sistema produtivo vigente, o domínio da técnica em detrimento da apropriação do conhecimento científico. Consequentemente, não prioriza um ensino qualitativo transformador, refletindo na formação das crianças brasileiras.

Em contrapartida, em defesa de um ensino humanizado temos as proposições decorrentes da teoria histórico-cultural sobre o processo de apropriação da escrita. Nessa concepção, a alfabetização é vista como um processo complexo, que envolve não apenas a aquisição do sistema de escrita, mas também o desenvolvimento de habilidades cognitivas, linguísticas e sociais.

Para Vygotsky, a linguagem é a principal ferramenta do pensamento e, por isso, a alfabetização não pode ser vista como uma habilidade mecânica, mas como um processo de construção de significados a partir da interação social do sujeito com a riqueza cultural, nesta perspectiva, a alfabetização não é vista como uma habilidade que deve ser alcançada de forma padronizada, mas como um processo contínuo de construção de conhecimento e de inserção social do indivíduo.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALMEIDA, Fabiane I. PIATTI, Célia B. Política Nacional de Alfabetização (PNA): Implicações na formação do professor dos anos iniciais do ensino fundamental. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 10, n. 2, p. 648-664, mai./ago. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Alfabetização. **PNA Política Nacional de Alfabetização**/ Secretaria de Alfabetização- Brasília: MEC, SEALF, 2019.

DANGIÓ, Meire dos Santos; MARTINS, Ligia Marcia. A concepção histórico-cultural de alfabetização. **Germinal**: Marxismo e Educação em debate, v. 7, n. 1, p. 210-220, 2015.

FRANCO, Adriana de Fátima; MARTINS, Lígia Márcia. **Palavra escrita**: vida registrada em letras a alfabetização para além da Política Nacional de Alfabetização (PNA). Goiânia-GO: Editora Phillos Academy, 2021.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MORAIS, Artur Gomes. Análise crítica da PNA (Política Nacional de Alfabetização) imposta pelo MEC através de decreto em 2019. **Revista Brasileira de Alfabetização**, n. 10, 2019.

SIGNORELLI, G.; SILVA, F. D. A. A formação docente e a Política Nacional de Alfabetização (PNA): entre perdas e retrocessos. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 17, 1-16, e5173008, jan./dez. 2023. Disponível em: https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/5173. Acesso em: 24 jun. 2023.

TUMOLO, Paulo Sergio; OLIVEIRA, André Ricardo; BUENO, Juliane Zacharias. Da educação pública à educação privada: os rumos do ensino superior no Brasil. **Germinal**: marxismo e educação em debate, v. 13, n. 1, p. 119-137, 2021.